

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

1 No dia 24 de Setembro de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido à
2 pandemia de Coronavírus, ocorreu à quadragésima quinta Reunião Ordinária
3 do CONERH. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de
4 convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Análise e aprovação das
5 Atas 18ª Reunião Extraordinária e da 44ª Reunião Ordinária; Aprovação da
6 Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do
7 Recôncavo Sul, produto do Plano de Recursos Hídricos; Aprovação da
8 Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do
9 Rio das Contas, produto do Plano de Recursos Hídricos; Informes; O que
10 ocorrer

11 Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do
12 *quórum*, deu boas vindas aos presentes e ressaltou que continua com as
13 reuniões virtuais, pois ainda acha complicada voltar às reuniões presenciais
14 este ano, ainda que algumas cidades já tenham transporte rodoviário liberado,
15 pois é necessário neste momento da pandemia ter cautela e cuidados
16 redobrados, assim ainda não dar para pensar por enquanto nessa reunião
17 presencial, por conta de toda necessidade de logística que precisa dispor para
18 viabilizar a vinda dos conselheiros da sociedade civil do interior. Ressaltou que
19 a equipe da SECEX está sempre na Secretaria, mas ainda com todos os
20 cuidados e por conta disso a SECEX optou por fazer um revezamento para
21 evitar aglomeração na sala. Informou que com as reuniões virtuais não foi
22 identificado prejuízos do ponto de vista das pautas, nem das plenárias dos
23 colegiados e nem das câmaras técnicas, ao contrário as reuniões virtuais têm
24 possibilitado maior número de reuniões em tempo até menor, não havendo
25 prejuízo da previsão que tinha de reuniões e de discussões. O primeiro ponto
26 de pauta refere-se à aprovação das atas 18ª Reunião Extraordinária e da 44ª
27 Reunião Ordinária, as atas foram enviadas previamente e pontuou que a
28 SECEX não recebeu nenhuma complementação ou sugestão, mas se houver
29 algum registro neste momento pode ser feito, como não houve nenhum
30 pronunciamento, as atas foram aprovadas por unanimidade. Passou para os

31 pontos referentes às propostas de enquadramento dos Rios Recôncavo Sul e
32 Rio das Contas. Esclareceu para os Conselheiros que este foi um processo de
33 muitas reuniões, não só as reuniões que ocorreram na base com a equipe
34 técnica do INEMA, da Consultoria e as representações dos comitês, mas
35 também tiveram reuniões na CTPPP- câmara técnica do CONERH que discutiu
36 o tema amplamente, trazendo contribuições e sugestões. O relator da câmara
37 está presente, Tiago Hiroshi da EMBASA que apresentou contribuições e que
38 foram recepcionadas pela equipe técnica e pela consultoria, inclusive as
39 propostas que vão ser apresentadas nesta reunião já estão incorporadas as
40 sugestões e recomendações da câmara técnica. Em cumprimento a previsão
41 da legislação, este é um tema, que embora a competência de aprovação seja
42 do CONERH, há uma previsão na legislação de dar ciência e ouvir o
43 CEPRAM. Por conta disso, houve uma reunião conjunta CEPRAM/CONERH e
44 na ocasião os Conselheiros do CEPRAM concluíram que seria interessante
45 para se sentirem mais seguros, inclusive para fazerem algumas
46 recomendações, que a câmara técnica do CEPRAM fizesse uma análise e uma
47 discussão mais detalhada com a equipe técnica e a consultoria, e desta forma
48 aconteceu à reunião foi ótima, tiveram algumas sugestões e teve a relatoria
49 que contribuiu muito com as discussões, o relator foi professor Severino Agra
50 da UFBA, após este momento teve a plenária do CEPRAM, nesta ocasião foi
51 feita a apresentação das considerações da câmara técnica, a equipe técnica
52 vai esclarecer um pouco mais, mas compreendeu-se que algumas
53 recomendações foram bem discutidas, outras serão incorporadas e outras
54 entende que serão aprendizados para futuras contratações de enquadramento.
55 Pontuou que a SECEX teve um bom aprendizado nesse processo todo,
56 coordenar melhor esses encontros em reuniões, promover provavelmente
57 reuniões conjuntas das câmaras técnicas tanto do CONERH quanto do
58 CEPRAM e neste processo foi percebido que precisa ter etapas mais
59 organizadas, mas ainda assim todos os atores possíveis que poderiam estar
60 envolvidos neste processo tiveram a oportunidade de se colocar. Hoje inclusive
61 estão presentes os membros dos comitês e lembrou que na primeira reunião
62 da câmara técnica do CONERH de forma presencial ainda, esses membros
63 validaram as proposta de enquadramento. Salientou que fez esse breve

64 histórico para tranquilizar os Conselheiros do ponto de vista das etapas
65 necessárias para chegar até aqui hoje, embora tivesse com prazo contratual
66 para cumprir, felizmente e as reuniões virtuais ajudaram também, teve a
67 oportunidade de trocar muitas ideias. Pensou em iniciar com a apresentação
68 do trabalho feito pela equipe técnica e pela consultoria e depois Tiago Hiroshi
69 faria as considerações da relatoria da câmara técnica do CONERH. Entendeu
70 que essa seria a melhor proposta, porque já houve uma apresentação no
71 CEPRAM e essa apresentação de agora já incorpora as sugestões trazidas
72 pela relatoria que ficou para Tiago naquela época, lembrou muito bem na
73 representação da EMBASA com total pertinência e foi bem incorporada ao
74 trabalho. E posteriormente a SECEX fará a leitura das recomendações do
75 CEPRAM. Todos concordaram com o rito.

76 Eduardo Topázio – DIRAM/INEMA esclareceu que na verdade a questão do
77 enquadramento boa parte se baseia em uma resolução como referência do
78 processo de parâmetros, parametrização de qual o nível, qual a classe do Rio
79 que é do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, daí um pouco dessa
80 confusão que foi feita na reunião do CEPRAM por determinados Conselheiros.
81 Chamou atenção naquelas reuniões que isso é uma competência do CONERH,
82 por mais que esses Conselhos sejam democráticos e eles são, pois tem
83 representação de toda a sociedade civil, a base que é da Política Nacional de
84 Recursos Hídricos e tem que ser um pouco humilde para reconhecer, que esta
85 política do ponto de vista da participação social é muito mais avançada que a
86 Política Nacional do Meio Ambiente, é os Comitês de Bacias, então está se
87 discutindo na base o rio que se quer e que se pode ter e o que a lei prevê. Então
88 essas parametrizações técnicas são dadas pelo CONAMA obviamente. Pontuou
89 que se tem a previsão de ter rios com classe 4 que é um rio que se aceita um
90 grau de contaminação mais elevado, significa que a própria lei do Meio Ambiente
91 previu essa possibilidade que é a realidade real e a Política Nacional de
92 Recursos Hídricos quando faz planejamento de bacia, faz o diagnóstico dessas
93 situações e inclusive prevê possibilidades de avançar esse entendimento lógico
94 e racional que as vezes falta essa compreensão. Ressaltou a importância do
95 enquadramento, que é um instrumento da Política Nacional e Estadual de

96 Recursos Hídricos, que usa parametrizações ambientais, é discutida com a
97 sociedade via comitês de bacia, mas sempre tem o que melhorar e evoluir.
98 Quem toma a decisão final é o CONERH, após passar por todo esse processo
99 democrático de ouvir e além de tudo passa por uma avaliação e estudo técnico
100 que foi debatido com a sociedade. Pontuou que Plano de Bacia é um
101 instrumento, enquadramento é outro instrumento e há uma recomendação de
102 que se faça junto em relação á questão de otimização do processo e não existe
103 hierarquização de um ter que ser antes do outro e salientou que o sistema de
104 recursos hídricos da Bahia com certeza é o mais democrático que existe por
105 este aspecto, pelo papel fundamental que tem os comitês de bacias nesses
106 debates e pela transversalidade da sua estrutura tem representantes da
107 sociedade civil, usuários e do poder público que em tese representam uma
108 política pública em execução que é eleito democraticamente.

109 Bernardo Zacouteguy– Consultor esclareceu que chegou a etapa final de todo
110 esse processo, que foi amplamente discutido. Ressaltou que fez diversas
111 apresentações em várias reuniões: dos comitês de Bacias, em Consultas
112 Públicas, do CONERH e das câmaras técnicas e nesta reunião de hoje é a
113 apresentação da síntese dos trabalhos e conclusão de todo esse processo de
114 enquadramento tanto da Bacia do Rio das Contas quanto da Bacia do
115 Recôncavo Sul, processo que foi amplamente discutido e elaborado com
116 participação de todos os atores das duas bacias.

117 Esclareceu que para elaborar as propostas de enquadramento adotou ao longo
118 desse processo as seguintes premissas e referências: legislação Federal e
119 Estadual sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente (com destaque para
120 resolução CONAMA 357 que versa sobre enquadramento)e a resolução 91 do
121 CNRH); destacou a participação do Poder público, dos Usuários e das
122 comunidades e frisou a importância acompanhar a evolução dos comitês de
123 bacias em relação a compreensão da relevância dos instrumentos de
124 enquadramento, na Gestão de Recursos Hídricos, e a importante contribuição
125 para todo esse processo; conhecimentos acadêmicos vinculados à experiência
126 prática da aplicação dos instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
127 conceitos e procedimentos sugeridos pela ANA. Esclareceu que cada processo
128 de enquadramento em cada região, em cada Estado do Brasil, merece ter suas

129 adaptações, mas existe uma referência e as indicações da ANA são as bases
130 para esses trabalhos. Fez um breve histórico do processo de enquadramento
131 sinalizando as principais atividades desenvolvidas: houve a 1ª reunião na
132 CTPPP dos comitês em abril de 2019 onde foram apresentados os critérios que
133 seriam adotados no processo de enquadramento e foram discutidos os primeiros
134 passos; houve a 2ª Reunião de andamento com as CTPPP dos comitês em maio
135 de 2019, momento em que foram apresentadas as duas diferentes alternativas
136 de enquadramento, para cada uma das bacias e nesta ocasião foi sendo
137 discutidos ponto a ponto, foi apresentado os trechos de enquadramento e foi
138 informado que as análises da consultoria em conjunto com o INEMA em
139 discussão prévia teve este resultado e discutiu com os membros dos comitês se
140 era adequado, se precisava de alguma alteração, ou seja, desde esse momento
141 já foi se adquirindo maior conhecimento e buscando o conhecimento de quem
142 vivia na bacia, principalmente representados pelos membros dos comitês e
143 assim foi refinando o processo; em junho de 2019 teve a 3ª Reunião com as
144 CTPPP's dos comitês, onde foram discutidos os desafios no alcance do
145 enquadramento, quais as implicações de ter uma alternativa de enquadramento
146 mais restritivo ou menos restritivo, tudo que estava envolvido era nessa decisão;
147 em julho de 20019 passou-se para a segunda rodada de Consultas Públicas,
148 foi percorrido toda a região do Contas e do Recôncavo Sul fazendo essas
149 consultas e apresentando os trabalhos para as comunidades e também
150 coletando conhecimentos e opiniões também das comunidades; e em dezembro
151 de 2019 passou-se para as plenárias dos comitês onde foram feitas as
152 deliberações sobre a proposta de enquadramento e onde foram definidas as
153 alternativas de enquadramento que seriam encaminhadas ao CONERH; no início
154 do ano de 2020 teve a reunião com a CTPPP do CONERH, onde foram
155 apresentadas as propostas de enquadramento e deste momento saíram as
156 contribuições/ sugestões de adequações para as propostas por parte da Câmara
157 técnica; em julho de 2020 teve a reunião conjunta CERPAM/CONERH momento
158 que trouxe grandes contribuições e que tendem a refinar os futuros processos de
159 enquadramento que deverão ocorrer no Estado da Bahia; e agora em setembro
160 está acontecendo a reunião do CONERH para fazer a aprovação quanto as
161 propostas de enquadramento. Pontuou que ao longo do processo foram

162 trabalhados os conceitos de três rios do enquadramento, a ideia sempre foi
163 buscar uma maneira de traduzir o conhecimento científico para uma linguagem
164 mais acessível, isso inclusive é uma recomendação da ANA que permite uma
165 maior compreensão das comunidades do que se trata o enquadramento. Por
166 conta disso, sempre trabalha esses processos com a seguinte ideia: rio que
167 temos que representaria a condição atual das águas; o rio que queremos que
168 representa onde gostaríamos de chegar; e o rio que podemos ter que
169 representaria quais são as limitações técnicas, econômicas, políticas e
170 diferentes visões, então sempre foi trabalhado esse conceito dos três rios e este
171 foi bem reconhecido e aceito ao longo de todo processo por todos os atores
172 envolvidos.

173 Informou brevemente as etapas mais técnicas do processo de enquadramento
174 de corpos de água: seleção dos rios a serem enquadrados, baseado nos
175 seguintes critérios: existência de estações de monitoramento de qualidade da
176 água, pontos que já são monitorados, através do Programa Monitora; pontos de
177 captação para abastecimento público urbano, existências de áreas urbanas,
178 lançamento de esgoto; unidades de conservação (previsto na resolução
179 CONAMA 357, que mananciais inseridos em unidades de conservação devem
180 ser enquadrados como classe especial; principais barragens, porque podem
181 representar a transição de um ambiente lântico para um ambiente lótico e pode
182 afetar a qualidade da água; usos da água que se refere à concentração de
183 algum uso da água que pode definir qual é a classe de enquadramento mais
184 adequada em determinado manancial; relatos das oficinas que foram feitos no
185 início dos trabalhos, alguns anos atrás, com intuito de coletar o entendimento da
186 população a cerca de qualidade das águas e os usos e as áreas de proteção de
187 comunidades aquáticas que está previsto também na resolução CONAMA 357
188 que essas áreas devem ser enquadradas como classe 2; divisão dos rios
189 selecionados em trechos de enquadramento, destacou que é feito um processo
190 de segmentação para o enquadramento, porque ao longo de um mesmo
191 manancial ele pode apresentar diferentes qualidades da água; concentração de
192 parâmetros e diferentes usos e o principal critério adotado para fazer essa
193 segmentação é a identificação de onde ocorre o lançamento de esgoto, dado
194 que é a principal fonte de poluição e tem alteração notória da qualidade da água,

195 dentro desse processo de segmentação chegou-se a 81 trechos de
196 enquadramento para o Rio das Contas e 58 trechos de enquadramento para o
197 Rio Recôncavo Sul, com as contribuições da CTPPP do CONERH que estão
198 voltadas principalmente ao saneamento teve 18 sub - trechos adicionados ao
199 enquadramento do Rio das Contas e 06 sub – trechos adicionados no
200 enquadramento do Rio Recôncavo Sul; verificação da situação atual da
201 qualidade das águas, foi utilizado um modelo matemático dado que as bacias
202 são de grande extensão, não consegue fazer coleta e análise em todos os
203 pontos e nesse modelo matemático os parâmetros (DBO – matéria orgânica, OD
204 – oxigênio dissolvido, nitrato, nitrito, nitrogênio amoniacal, fósforo e coliformes
205 termotolerantes) que tem equações consagradas e consegue dar uma estimativa
206 do comportamento desses parâmetros ao longo das bacias e esses parâmetros
207 são principalmente encontrados em esgotos domésticos, então nesse processo
208 foi feita uma análise por período de estiagem, que é o período mais crítico em
209 termos de quantidade e qualidade e utilizando a vazão de referência Q90;
210 elaboração das propostas de alternativas de enquadramento, foram utilizadas as
211 seguintes bases: situação atual da qualidade das águas superficiais, melhoria
212 em relação a qualidade atual, unidades de conservação de proteção integral,
213 possibilidade de estabelecer metas intermediárias e compatibilidade com os
214 usos das águas superficiais; proposição de ações para alcançar o
215 enquadramento, foram definidas três ações: ação nº1 – apoio à elaboração dos
216 planos Municipais de Saneamento básico; ação nº 2 – controle de poluição
217 hídrica pontual; ação nº 3 – ampliação da rede de monitoramento de qualidade
218 das águas superficiais; metas intermediárias e finais de enquadramento.
219 Destacou que as sugestões da CTPPP/CONERH para os enquadramentos, e
220 pontuou não houve alteração do enquadramento proposto, foram contribuições
221 voltadas, principalmente ao saneamento, aos sistemas de captação e de diluição
222 de efluentes e verificou-se que foi apenas um refinamento das propostas, ou
223 seja, manteve o posicionamento dos comitês e de todos os atores envolvidos.
224 Ressaltou que foram contribuições muito pertinentes e passou a palavra para
225 Tiago para que ele explique mais detalhadamente sobre as contribuições da
226 CTPPP/CONERH.

227 Tiago Hiroshi - EMBASA pontuou que vai ser breve e informou que já foi
228 apresentado o detalhamento da proposta da CTPPP tanto para a câmara
229 técnica, quanto na reunião conjunta CEPRAM/CONERH. Fundamentalmente o
230 espírito foi de refinamento ainda preliminar no âmbito da discussão sobre
231 enquadramento, considerando usos já existentes. Isso na medida em que
232 consiga ampliar a cobertura do esgotamento sanitário, que é o objetivo principal
233 da EMBASA, vai levar essa discussão aprofundar para vários casos específicos
234 e isso provavelmente é praxe no Brasil a fora, de eventualmente rediscutir
235 enquadramentos e trechos específicos à medida que se desenvolva projetos e à
236 medida que os planos municipais avancem e consigam viabilizar recursos para
237 tal, mas a situação atual posta, quando foi analisada as propostas que veio dos
238 comitês, nos âmbito da CTPPP, foram identificados alguns usos já existentes
239 que poderiam ser melhor visualizados pela proposta de enquadramento e daí a
240 premissa de não chocar e não invalidar a toda uma discussão de base que já
241 tinha sido feita no âmbito das reuniões setoriais, das reuniões locais dentro dos
242 comitês com intuito de manter tudo que se tinha discutido até então. Diante
243 disso, foi sugerido a criação de sub- trechos que são seções dentro do trecho
244 amplo e enquadrado segmentar, um segmento linear de rio onde tem um ponto
245 de captação existente com o ponto de lançamento de efluentes tratados já
246 existentes e que o enquadramento proposto não favorecia nenhum nem outro. O
247 espírito principal da proposta da CTPPP girou mais em torno de se adequar
248 pontos de captação que estavam sendo enquadrados de uma forma menos
249 restritiva do que deveriam, do que do ponto de lançamento que foi sugerido que
250 fosse enquadrado nesse segmento de uma forma menos restritiva, para poder
251 viabilizar a manutenção da outorga e a segurança da própria operação dos
252 sistemas existentes. Então em linhas muito gerais a proposta da CTPPP foi um
253 refinamento muito pontual em alguns casos, em termo de extensão de rios
254 enquadrados isso não significou nem 0,5% da extensão total dos rios
255 enquadrados em ambas as bacias e foi para se trazer algumas discussões que
256 corrigiriam naturalmente nos comitês. Na CTPPP os comitês de bacias estavam
257 presentes, e isso foi uma situação extremamente positiva, que foi construída
258 pelo INEMA e pela SEMA. Os comitês ouviram a proposta da CTPPP e por
259 unanimidade aprovaram e entenderam que a proposta agregava as discussões e

260 mais detalhamento para o eixo de saneamento, então houve uma anuência dos
261 comitês e da própria câmara técnica. Diante disso, essa proposta foi absorvida e
262 basicamente foi um espírito de refinar a compatibilidade de enquadramento com
263 o rol de ETES e ETAS já implantadas nessas áreas e pontualmente já haviam
264 alguns conflitos e para solucioná-los da forma menos traumática possível, a
265 sugestão da CTPPP foi a criação desses sub – trechos bem direcionados e essa
266 foi a proposta aprovada e acredita que com a absorção dessa proposta no
267 enquadramento de ambas as RPGA'S agregou um pouco mais de qualidade, de
268 escala mais adequada a esses usos. Ressaltou que este é um processo
269 dinâmico a medida que os projetos forem sendo desenvolvidos, as obras forem
270 acontecendo muitas discussões virão a tona e vai se discutir sobre processos de
271 análises técnicas detalhados caso a caso, mas o que foi trazido era uma
272 discussão importante de ser feita com a estrutura já existente.

273 Samir Felipe – SECEX como já foi exposto o CEPRAM tem que se manifestar
274 previamente na constituição desses planos, principalmente a questão dos
275 enquadramentos que vai servir para balizar todas as análises de licenciamento,
276 regulação e fiscalização. Esse mesmo produto do enquadramento das duas
277 bacias do Rio das Contas e do Recôncavo Sul foi discutido junto ao CEPRAM e
278 nesta ocasião teve a necessidade de se encaminhar para a CTPPDS, para que
279 a câmara técnica pudesse fazer uma análise mais detalhada, com isso houve
280 duas reuniões da câmara com uma discussão bastante rica e foram levantadas
281 algumas propostas de manifestação, nenhuma que altere de fato o
282 enquadramento proposto para as duas bacias, e sim no sentido de
283 recomendação para que na construção dos próximos enquadramentos, planos e
284 outros produtos referentes aos comitês que fosse atentado para algumas
285 questões, discussões técnicas e propostas levantadas na CTPPDS/CEPRAM.
286 Existe um documento que foi encaminhado, que trata das manifestações, e
287 ressaltou que vai destacar apenas o que foi configurado como proposta de fato
288 da câmara técnica.

289 A primeira proposta é que nos próximos planos e enquadramentos considerar o
290 processo de elaboração da etapa de enquadramento deve proceder a fase do
291 plano propriamente dito, estabelecendo juntamente com os usos potenciais
292 como premissas para o plano de bacias, ou seja, a proposta seria que primeiro

293 fosse feito o diagnóstico, depois o enquadramento e posteriormente se construa
294 o plano. Houve a discussão que nessa contratação e nas demais seguisse
295 basicamente o que está disposto na ANA, mas que poderia ser considerado que
296 o enquadramento possa antecipar o plano. Sinalizou que este documento vai
297 fazer parte do processo e vai caber a equipe técnica nas próximas contratações
298 e nos próximos termos de referência ver a relevância de acatar ou não. O
299 segundo ponto é que os Conselheiros da CTPPDS tinham solicitado o envio do
300 relatório da CTPPP/CONERH para saber quais os critérios de exclusão e se
301 nessa exclusão havia alguma questão relacionadas às nascentes. Isso foi
302 respondido na CTPPDS e ficou balizada. A outra proposta de manifestação da
303 CTPPDS é que as questões de classe deveriam ser esclarecidas de melhor
304 maneira para a população, considerando que classes menos restritivas tende a
305 aumentar a deterioração dos rios e comprometimento dos usos. Na ocasião foi
306 esclarecido que dentro dos programas que estão previstos no plano tem a
307 questão de educação ambiental, das informações ao público. Sendo assim, na
308 verdade uma preocupação quando o enquadramento for efetivado que as
309 pessoas e as comunidades que utilizam o rio para seu sustento e recreação
310 tenham consciência do que está sendo aprovado no produto que está sendo
311 enquadrado. Outra manifestação é que a CTPPDS entendeu que deveria haver
312 maior clareza na metodologia adotada para o enquadramento de trechos dos
313 rios intermitentes. Houve também uma manifestação referente à questão das
314 águas estuarinas subterrâneas e foi esclarecido que as águas estuarinas não
315 estava dentro da competência, por não ser uma gestão exclusiva do INEMA e
316 dos Comitês, então a CTPPDS recomendou que para os próximos planos
317 fossem considerados esta questão e a necessidade de fazer levantamento das
318 águas estuarinas e que estas sejam enquadradas na classe 1. Ressaltou que
319 nesses enquadramentos que estão sendo aprovados e nos anteriores e alguns
320 que já estão contratados não vai ser possível, pois isso não está fazendo parte
321 do escopo do trabalho, é uma questão a ser considerada para planos futuros
322 que desemboque em áreas estuarinas com importância de uso. Outra proposta
323 que veio da CTPDS e foi acatada pelo CEPRAM é que o documento final não
324 foque no sistema de tratamento e sim focar em sistemas de tratamentos que
325 sejam compatíveis com a disponibilidade local. Não tem haver com

326 enquadramento, mas sim com o plano e que essas alternativas foquem na
327 eficiência do tratamento e que esteja adequado com a realidade local. Outra
328 sugestão foi de onde houvesse captação da EMBASA se adotasse a classe 2 e
329 adotasse sempre enquadramento intermediário de fato em 2025, que é melhor
330 que a condição atual e próximo para 2030, ou seja, que quando tiver a proposta
331 final, não fique só enquadramento inicial e final e sim defina enquadramentos
332 intermediários, mas essa proposta não chegava a alterar nenhum
333 enquadramento proposto nesse produto que será aprovado agora, mas sim que
334 fosse o cuidado a ser tomado nas novas contratações dos próximos planos.
335 Ressaltou que basicamente foi isso, o texto não fez nenhuma alteração de
336 classe de enquadramento propriamente dita do produto que estava sendo
337 observado, houve adequações referentes ao modelo, metodologias e a forma da
338 construção dos produtos mais relativos ao plano e consequentemente aos
339 enquadramentos que estão vinculados. A observação da CTPPDS/CEPRAM nas
340 suas manifestações foi aprovar os enquadramentos, mas que essas
341 manifestações e levantamentos fossem incorporados dentro do processo e que
342 nas próximas contratações fossem considerados pela equipe técnica e pelas
343 consultorias que venham a elaborar esses produtos.

344 Eduardo Topázio – DIRAM/INEMA solicitou que esse relatório seja encaminhado
345 para a equipe da DIRAM e de antemão disse que isso vai ser analisado e será
346 incorporado sim, se tiver que contribuir e for viável e possível vai ser
347 incorporado, entendendo os senhores que o INEMA segue e cumpre o que está
348 rigorosamente dentro da legislação e se não for atendido pela legislação,
349 automaticamente impede de incorporação, mas não parece ser o caso dessas
350 manifestações. Pontuou que enquadramento e plano de bacias são instrumentos
351 de políticas públicas e estes são sinérgicos, exemplificando tem planos,
352 outorgas, enquadramento, cobrança e sistema de informação todos eles são
353 sinérgicos, e não tem hierarquização. Obviamente que por esse raciocínio nunca
354 deveria ter feito outorga, porque não tem o planejamento e nem o
355 enquadramento prévio. O enquadramento é automático, a lei brasileira é
356 inteligente nesse aspecto, inclusive do ponto de vista do rigor, um pouco em
357 cima do muro, mas de qualquer forma adota uma atitude um pouco mais
358 próxima do natural. Ressaltou que os planos e enquadramentos são



359 amplamente discutidos e debatidos na sua formatação pelas equipes técnicas e
360 os outros atores envolvidos. Chamou atenção que quando fala em água
361 subterrânea há uma realidade que é um grande déficit do Estado que é
362 informação sobre água subterrânea, tanto que o próprio enquadramento dela é
363 normativo que são posteriores das águas de superfície, então a dificuldade do
364 INEMA em relação a isso é física e financeira que é o fato de não ter
365 dados/informação e isso não se consegue da noite para o dia. Nos últimos anos
366 o INEMA criou a primeira rede de águas subterrâneas com muita dificuldade
367 operacional de manutenção, com custo elevadíssimo, que é basicamente na
368 região do semi – árido e tem o planejamento de levar uma rede para a região do
369 Oeste, onde tem um aquífero importante para ajudar economicamente aquela
370 área. A realidade do INEMA é essa e dentro dessa realidade está avançando
371 enormemente e a meta é fazer plano de bacias e enquadrar ao máximo a
372 totalidade do território baiano.

373 Manoel Ailton – Comunidade Quilombola pontuou que acompanhou o processo
374 do Salitre tanto da elaboração do Plano como a aprovação do enquadramento e
375 observa-se que cada bacia tem sua peculiaridade, sobretudo no Salitre por ser
376 um rio intermitente e esses rios que estão sendo enquadrados são rios que tem
377 suas águas superficiais o ano todo, por serem rios perenes. Pontuou que
378 também é membro do Comitê do Itapicuru e participou do início do Plano do
379 Itapicuru e não foi aprovado, justamente por as empresas que foram contratadas
380 para consultoria não atenderam a expectativa de algumas pessoas que vinham
381 acompanhando o plano e o INEMA entrou na mesma época com exigências a
382 empresa e disse já que tem todos os estudos e tem pessoas capacitadas e tem
383 o acompanhamento tanto pela sociedade civil quanto pelas empresas e o
384 governo. Pontuou o descaso que se tem com as águas no mundo, apesar dos
385 bons exemplos também e ressaltou a necessidade desses planos serem
386 aprovados com as ressalvas, pois a partir destes os comitês tem como colocar
387 em prática as ações e efetivações dos projetos.

388 Sérgio Bastos – COFIC acrescentou que uma boa prática nesses processos de
389 aprovação, sempre deve ter um representante do Comitê como convidado que
390 conheça o processo, que acompanhou a discussão deve estar presente na
391 reunião para tirar dúvidas dos colegiados.

392 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu como disse na fala inicial não só
393 nas câmaras técnicas os representantes dos comitês foram convidados, como
394 hoje também receberam o link e foram convidados para estarem nas reuniões e
395 também concorda que é fundamental essa participação e a presença para
396 validar e demonstrar para os conselheiros como ocorreu esse processo. Então
397 hoje na reunião, além dos membros do CONERH, também foram convidados os
398 representantes dos comitês das bacias envolvidas.

399 Rita de Cássia – Presidente do CBH Contas sinalizou que tem outros membros
400 do comitê participando da reunião. Concordou com a fala do Sérgio e disse que
401 sentiu falta quando teve a primeira apresentação do Bernardo em uma reunião
402 do CONERH ainda presencial, o Comitê não foi convidado. Quando o comitê
403 passou a fazer parte do processo já estava em andamento. Ressaltou que desde
404 o início do processo precisa ter a participação de fato dos membros do comitê e
405 da sua câmara técnica, porque isso facilita muito. Sinalizou que hoje está
406 caminhando para um ano que o comitê aprovou o enquadramento previamente
407 no comitê e por conta de dúvida do entendimento do CEPRAM, ainda está hoje
408 se falando em enquadramento, mas caminha para frente e isso serve como um
409 aprendizado e modelo para outros enquadramentos que estão em processo na
410 Bahia. Pontuou que o enquadramento é um dos instrumentos de gestão mais
411 difíceis da política e é necessário tirar ele do papel para avançar na gestão de
412 Recursos Hídricos. Finalizou agradecendo a câmara técnica, ao INEMA e aos
413 técnicos que avaliaram de forma imparcial, responsável e comprometida esse
414 enquadramento.

415 Miriã Caetano da Silva – SECEX colocou em votação a aprovação das
416 propostas de enquadramento dos corpos de águas das Bacias Hidrográficas do
417 Recôncavo Sul e do Rio das Contas, incorporando as recomendações da
418 CTPPP/CONERH e as propostas de enquadramento foram aprovadas por
419 unanimidade pela plenária do CONERH.

420 Eduardo Topázio – DIRAM/INEMA agradeceu a manifestação do conselho e
421 aproveitou para dizer do compromisso, principalmente com os planos que já tem
422 o enquadramento aprovados, de preparar um seminário de avaliação e
423 acompanhamento do que já foi feito, como se evoluiu neste período e o que se
424 tem que fazer para melhorar nesses que estão sendo aprovados e nos que virão

425 em seguida. Pois, pontuou que é necessário um continuo acompanhamento e
426 um processo de informação a sociedade para que se tire qualquer dúvida.
427 Aproveitou a oportunidade para dizer que o INEMA está colocando o Salitre
428 como prioridade na reavaliação do cadastro de usuário, porque o cadastro é
429 antigo e o Salitre em função de já ter o plano, em função de ser uma área de
430 grandes demandas tomou essa decisão recentemente na Diretoria e está
431 colocando o Salitre como prioridade para fazer atualização do cadastro de
432 usuários de água, até porque sabe das dificuldades de escassez que se tem no
433 Salitre e para assim melhorar o processo de gestão. Pontuou que o INEMA
434 pretende ainda esse ano iniciar processos de licitações de novos planos e
435 Itapicuru, Paraguaçu, recôncavo Norte que são planos que iniciaram
436 anteriormente e o Leste estão na prioridade, principalmente aqueles que
437 iniciaram e por problemas contratuais tiveram que ser interrompidos.

438 Manoel Ailton- Comunidade Quilombola reforçou a proposta do seminário de
439 acompanhamento, porque inclusive o comitê é solicitado e lembrado que o
440 Salitre tem um Plano de Bacia que tem 03 anos de aprovado e ele não pode
441 ficar simplesmente como um documento, mas sim tem que ser posto em prática
442 os planos de bacias e os enquadramentos porque é por esse caminho que vai
443 melhorar o gerenciamento das águas.

444 Sérgio Bastos – COFIC nos informes ressaltou que já foi feita uma ou duas
445 apresentações no CONERH de itens identificados e solicitados que fizeram parte
446 do Planejamento do CONERH. Observando o material tem alguns temas que já
447 foram abobadados, esse de hoje é um, tem um processo de eleição pendente e
448 tem como itens pendentes: tem 03 resoluções para rever; tem algumas
449 demandas de comitês que o Conselho já se manifestou referente a cobrança do
450 verde jacaré que continua aguardando; comitê do catolé que por questão da
451 pandemia não vai ser possível conduzir; elaboração de resolução que defina
452 análise de conflitos e elaboração de resolução de definição do pequeno usuário
453 que são demandas que foram colocadas no planejamento e questão um pouco
454 perdidas ou tira do planejamento de fato por não ser prioritário e é necessário
455 estabelecer o que é prioridade. Diante da situação da pandemia, propôs como
456 prioridade para este ano 03 temas que estão pendentes no planejamento que
457 são as três resoluções a 52, 55 que está há muito tempo na pauta e uma outra



458 que é a 96 que é a de outorga. E para todas elas deve ter 02 ou 03 reuniões de
459 câmaras técnicas para cada uma das resoluções. Diante disso, necessário
460 reativar as câmaras técnicas correspondentes e na sequência poderia
461 estabelecer as de outorga ou a de formação de comitês e a outra pode deixar
462 para o ano que vem.

463 Leila Oliveira – ABAF ratificou o pedido do Sérgio, lembrando que vem
464 solicitando ao CONERH e já fez alguns requerimentos com relação a um
465 planejamento do trabalho do CONERH, pois muitas questões ficam pendentes e
466 tem uma coleção delas e já foi feito movimentos em relação a grupos de
467 trabalho, a planejamentos, já sentou e discutiu e precisa, por conta do passar do
468 tempo retomar essas questões e ver de que forma vai ser equacionadas com
469 discussões que levem a ações também. Solicitou que fosse criado um
470 mecanismo de retomar os temas pendentes para poder construir essa pauta,
471 para isso é necessário ver o que já foi discutido, assuntos que ficaram
472 pendentes e outros assuntos que surgiram posteriormente, para que se possa
473 direcionar da forma correta. Aproveitou a oportunidade para perguntar sobre a
474 Câmara de Compensação Ambiental, pois não se reúne há anos. Solicitou que o
475 planejamento seja encaminhado para todos, para que se possa pensar a cerca
476 dos assuntos.

477 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que vem conversando sobre essas
478 questões, inclusive temas que já aprovados no planejamento, se começaria
479 pelas câmaras técnicas. Volta a dizer que este é um ano de prejuízo enorme de
480 seis meses praticamente sem fazer reuniões, pois quando teve a oportunidade
481 de agendar as reuniões virtuais, isso só ocorreu de maio para cá, porque até lá
482 estava ainda a possibilidade de retomar as atividades, por conta disso houve um
483 comprometimento muito grande do calendário e do que estava sendo proposto
484 para 2020. Pontuou que a SECEX vai retomar as questões das câmaras
485 técnicas e está atenta e aguardando que toda vez que perceberem o
486 comprometimento de algum tema que pode vir para plenária ou pode ser
487 priorizado, a SECEX solicita que por favor os Conselheiros enviem para a
488 SECEX, pois a Secretaria Executiva tem a missão de fazer a interlocução
489 independentemente do momento da plenária com demais conselheiros, e ressaltou
490 que a SECEX está aberta a sugestões.

491 Ana Odália – FBCBH reforçou em relação as câmaras técnicas, já se fala isso a
492 algum tempo, mas até agora não conseguiu implementar, inclusive fala da
493 câmara técnica de educação ambiental e das comunidades tradicionais que
494 ainda não se reuniu e disse que tem demandas para essa câmara. Ressaltou
495 que a última vez que ouviu falar desta câmara, foi quando Geraldo Reis, antigo
496 secretário pediu para retornar a câmara com o compromisso que ela
497 efetivamente funcionaria coma participação ativa dos conselheiros do CEPRAM
498 e do CONERH e então está aguardando esta convocação.

499 Miriã Caetano da Silva – SECEX solicitou que os conselheiros façam
500 requerimentos, pois ainda tem condições sim de realizar as reuniões, pois estas
501 são virtuais e o interesse da SECEX é retomar todas as câmaras técnicas este
502 ano. Chegando pauta consegue sim marcar as reuniões das câmaras técnicas.
503 No que se refere à Câmara técnica de Compensação ambiental informou que
504 não tem essa informação no momento, porque esta câmara é vinculada a outra
505 coordenação da SEMA, mas disse que pode solicitar informações a
506 coordenadora para que transmita aos conselheiros através de e-mail como anda
507 a situação desta câmara. Quanto à apresentação da atualização do
508 planejamento, sugeriu que fosse colocado como ponto de pauta da próxima
509 reunião do CONERH. Ma as SECEX já começaria a convocar as câmaras
510 técnicas. Agradeceu a participação e disse que está à disposição de todos.

511 A reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e
512 pela Secretária Executiva.

513

514 **Presidente em Exercício/ Secretária Executiva:**  Miriã Caetano da Silva

515 **Membros:**

516 Eduardo Topázio – INEMA

517 Bruno Jardim – INEMA

518 Fernando pereira – SEAGRI

519 Adélia Melo Pinheiro - SECTI

520 Sahada Josephina Luedy - SECTI

521 Ana Livia Cunha Guimarães - SEDUR

522 Taís Gouveia – SDE

523 Anselmo Caires - FBCBH

- 524 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
- 525 Silvio Santos - FBCBH
- 526 Alessandra Chaves – AIBA
- 527 Leila Márcia Oliveira – ABAF
- 528 Demósthenees Miranda Filho – CETREL
- 529 Tiago Hiroshi – EMBASA
- 530 Sérgio Hortélio – Braskem
- 531 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
- 532 Bruno Cardoso – ARATU MINERAÇÃO LTDA
- 533 José Luiz Sanches Gonçalves Júnior – BAHIA PESCA S.A
- 534 Manoel Ailton Carvalho – Comunidade Quilombola
- 535 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 536 Antônio Puentes - UFBA
- 537 Onimácia Nascimento – ASSOCIENGE
- 538 Renato Andrade – CREA/BA